



Atividade na Construção permanece estável

Com base na informação estatística setorial disponível até ao final do mês de março verifica-se que, globalmente, se manteve uma trajetória de estabilidade, não obstante uma conjuntura fortemente marcada pelo impacto das medidas de confinamento, as quais representaram significativos constrangimentos em atividades fortemente interligadas com a Construção, nomeadamente a mediação imobiliária.

A variação homóloga acumulada do consumo de cimento no mercado nacional nos dois primeiros meses de 2021 reflete bem essa estabilização da atividade, ao registar uma variação praticamente nula, de -0,2%, após se ter verificado um crescimento de 10,6% em 2020.

Os dados recentemente divulgados, relativos às transações de alojamentos familiares do 4.º trimestre de 2020, revelaram novos máximos históricos com 49.734 alojamentos transacionados, num montante global de 7.534 milhões de euros, o que traduz aumentos em termos homólogos de 1,0% e de 8,7%, respetivamente. De igual modo, no que concerne aos preços dos imóveis, permaneceu inalterada, em 2020, a tendência global de crescimento, com o índice de preços da habitação no 4º trimestre a valorizar-se 8,6% em termos homólogos. Os valores de avaliação bancária na habitação, que já dizem respeito a fevereiro de 2021, continuam a atingir um novo máximo histórico, com um aumento de 5,7%, também em termos homólogos.

Ao nível do licenciamento de obras pelas Camaras Municipais, o primeiro mês de 2021 foi negativo, com uma quebra global de 17,3%, fruto de reduções de 10,9% nos edifícios habitacionais e de 32,0% nos edifícios não residenciais.

No segmento de engenharia civil, nos primeiros dois meses de 2021, o mercado de empreitadas de obras públicas permaneceu positivo. Ao nível das promoções de concursos de empreitadas de obras públicas o montante totalizou 543 milhões de euros, o que traduz um aumento de 2% face a igual período do ano passado. Quanto aos contratos de empreitadas celebrados e considerando toda a informação reportada no Portal Base apura-se uma variação de -3%, em termos homólogos, contudo utilizando uma métrica temporalmente comparável, ou seja, utilizando a informação conhecida a 15 março de cada ano, regista-se um crescimento de 23,7%, neste indicador.



INDICADORES DA CONJUNTURA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS					
Indicador	2019		2020	2021	
	valor anual	Var. anual (%)	Var. homóloga acumulada (%)		
				Dezembro	Janeiro
Indicadores Macroeconómicos e Financiamento					
	mil M. (€)	(%)	(%)	(%)	(%)
PIB	213,9	2,5%	-7,6	-	-
FBCF - Total	40,5	5,4%	-2,2	-	-
FBCF - Construção	20,0	7,2%	4,8	-	-
VAB - Construção	8,0	5,1%	3,3	-	-
Crédito acumulado às empresas de Construção (1)	7,1	-16,9%	3,6	-1,2	0,5
Novas Operações de crédito para aquisição de habitação (1)	10,6	8,0%	7,3	-0,9	-
Emprego e Desemprego na Construção					
	milhares	(%)	(%)	(%)	(%)
Nº Trabalhadores Construção	304,6	-0,8%	-2,4	-	-
Nº Desempregados Construção	21,9	-16,1%	10,8	13,2	16,1
Indicadores de Produção do setor da Construção					
	milhares	(%)	(%)	(%)	(%)
Nº de fogos novos licenciados	24,0	18,6%	3,2	-20,6	-
Nº de fogos novos concluídos	14,2	24,0%	21,6	-	-
	mil m2	(%)			
Área licenciada para habitação	5.176,4	12,2%	4,1	-	-
Área licenciada não residencial	2.665,8	-11,1%	-2,9	-	-
	M. (€)	(%)	(%)	(%)	(%)
Valor das Obras Públicas Promovidas	3.976,9	53,1%	21,5	-28,7	2,2
Valor dos Contratos de empreitadas de Obras Públicas	2.350,7	27,8%	36,5 (2)	76,1 (2)	23,7 (2)
	mil Ton	(%)			
Consumo de Cimento	3.231,5	14,9%	10,6	-2,8	-0,2
Valores de Produção do setor da Construção					
	M. (€)	(%)	2020 (E) Var. anual (%)	2021 (P) Var. anual (%)	
Produção Global	13.412,4	6,0%	2,5%	[1,2% ; 3,2%]	
Edifícios Residenciais	3.795,9	12,0%	4,5%	[-2,0% ; 0,0%]	
Edifícios Não Residenciais	3.407,2	3,6%	-0,5%	[-0,5% ; +1,5%]	
Engenharia Civil	6.209,3	4,0%	3,0%	[4,0% ; 6,0%]	

Nota: Quadro construído com informação disponibilizada até 26 de março de 2021

(1) em 2019, informação relativa a dezembro (E) Estimativa

(2) Variação homóloga temporalmente comparável: variação calculada com a informação disponível até dia 15 do mês seguinte ao mês de referência da celebração dos contratos

Fontes: INE, IEFP, Banco de Portugal, Observatório das Obras Públicas, Coligação AICCOPN/AECOPS